

Como fazer um tratado com os persas? Uma análise do processo de negociação da paz entre romanos e persas em 363 d.C.

How to make a treat with Persians? An analysis of the peace negotiation process between Romans and Persians in 363 AD

Ana Teresa Marques Gonçalves*

Wendryll José Bento Tavares**

Resumo: O presente artigo explora as negociações de paz ocorridas entre os romanos e povos que travavam guerras contra os primeiros durante a segunda metade do século IV d.C. Objetiva-se com isso analisar os mecanismos de negociação, selamento e manutenção de tratados após conflitos envolvendo povos rivais. Para tal, os autores fazem uma análise comparativa das descrições realizadas por Amiano Marcelino, em sua obra *Histórias*, dos eventos de 363, 367 e 374. A partir desse trajeto, torna-se possível conhecer as características das relações diplomáticas que envolviam os romanos naquele contexto, assim como a singularidade dos persas para o funcionamento do Império Romano.

Abstract: The present article explores the peace talks between romans and peoples who were waging wars against the romans during the second half of the fourth century A.D. The goal is to analyze the negotiation mechanisms, sealing and maintaining treaties after conflicts involving rival peoples. For this purpose, the authors make a comparative analysis of the descriptions made by Ammianus Marcellinus in the *Res Gestae* about the events of 363, 367 and 374 A.D. From this, it becomes possible to know the features of diplomatic relationship that involved the Romans in that context, as well as the uniqueness of the Persians for operation of the Roman Empire.

Palavras-chave:

Romanos;
Persas;
Foedera;
Amiano Marcelino.

Keywords:

Romans;
Persians;
Foedera;
Ammianus Marcellinus.

Recebido em: 26/07/2019

Aprovado em: 01/11/2019

* Professora Titular de História Antiga da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista produtividade 2 do CNPq.

** Professor do Instituto Federal Goiano, *Campus* Trindade. Mestre em História e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

O mundo contemporâneo é repleto de problemáticas que envolvem a negociação de tratados de paz após conflitos entre unidades soberanas rivais. Do célebre Tratado de Versalhes, de 1919, e suas repercussões no Entre guerras, até a ausência de um tratado de paz que encerra formalmente a Guerra da Coreia mais de sessenta anos após o armistício entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, de 1953 (GILBERT, 2016), a formalização da paz é ainda uma questão muito sensível dentro do arranjo institucional internacional. Se o século XX, famoso pelo grande desenvolvimento do Direito Internacional e de organismos que extrapolaram a dimensão meramente nacional, é conhecido pelas dificuldades na condução da diplomacia, essas eram ainda maiores em contextos históricos em que não existiam instituições desse tipo.

Levando-se em conta o período histórico ao qual este periódico se dedica, a temática do presente dossiê e nosso objeto de estudo, propomos analisar aqui os mecanismos utilizados entre romanos e povos vizinhos para estabelecer tratados (*foedera ou decreta*) após conflitos.¹ Para tal, escolhemos analisar as negociações ocorridas entre romanos e persas no ano de 363 d.C.,² recorte cronológico no qual ocorrem relações muito intensas entre romanos e persas. Devido à existência de fontes que nos permitem conhecer certas minúcias dessas relações, o presente estudo faz-se possível, especialmente por conta das informações contida na obra *Histórias*, de Amiano Marcelino.

O ano de 363 é fundamental para a história política e militar do século IV por conta da malfadada expedição do imperador Juliano na Pérsia. Juliano foi nomeado *Caesar* por Constâncio II após a morte de César Galo, em 355. Após inúmeras campanhas de sucesso na Gália, seguidas por alguns atritos com Constâncio II, por conta, inclusive, do desejo deste último de que o primeiro enviasse homens para lutar contra os persas, Juliano foi proclamado *Augustus* pelas tropas. Constâncio II não reconheceu essa nova liderança e uma guerra civil se iniciou, embora não tenha alcançado maiores proporções por conta da morte de Constâncio II, em 361. A partir de 361, portanto, Juliano se tornou o único imperador e, no ano de 363, deu início ao seu grande plano militar, a grande expedição contra a Pérsia.

Faz-se necessário, aqui, o reconhecimento de que “o mais poderoso inimigo do Império [Romano] era a Pérsia Sassânida, que controlava muito da região que é atualmente Iraque, Irã e Afeganistão” (LEE, 2007, p. 03). A Pérsia Sassânida surgiu nos anos 220, quando da vitória dos sassânida sobre os arsácida, e mudou todo o equilíbrio de forças na região.

1 Segundo o *Oxford Latin Dictionary* (1968, p. 719; 493), o substantivo *foedus* possui (entre outras) significação de um acordo formal entre Estados ou povos, tratado. Em relação a *decretum*, o mesmo dicionário define os significados do termo como uma decisão que possui força de obrigação, uma resolução ou um decreto.

2 Todas as datas presentes neste artigo se referem a depois de Cristo, salvo referência em contrário.

Autores como Peter Heather (2006, p. 65) defendem inclusive que “a súbita aparição do superpoder persa no Oriente durante o século III gerou uma reestruturação massiva do Império Romano”. A hostilidade crescente entre os dois impérios não se restringia ao embate político-militar, mas também contaminava reinos vizinhos, como a Armênia e a Ibéria, que passavam a ser palco para lutas de influência entre romanos e persas. A existência de uma burocracia centralizada, o domínio da escrita e o conhecimento da poliorcética são elementos que aproximavam persas e romanos. Outra semelhança entre os dois impérios era a existência de outras ameaças para a organização política e militar de ambos tanto interna quanto externamente. Os romanos enfrentavam muitos problemas entre os rios Reno e Danúbio e usurpações, enquanto os persas enfrentavam problemas no Cáucaso e no Golfo Pérsico e revoltas periódicas.

A expedição organizada por Juliano e seu fracasso são fundamentais para entendermos as negociações após os combates. Em primeiro lugar, porque a força militar daquela jornada envolveu um contingente de aproximadamente 65.000 homens, segundo estimativas mais cétricas, sendo que 15.000 deles pereceram durante os confrontos (LEE, 2007, p. 78). Em segundo lugar, tratou-se de uma derrota militar em território dominado pelos persas, em que o próprio imperador pereceu por conta de ferimentos decorrentes de combate (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 3, 6-23). A perda de homens, a morte do imperador e o risco de sofrer incursões porque o exército continuava em território hostil foram elementos que deixaram os romanos em uma posição muito delicada após a morte de Juliano. O historiador Jones (1964, p. 138) descreve assim aquele contexto:

Quando Juliano foi morto, a situação era perigosa ao extremo. A casa de Constantino estava extinta; nenhum sucessor foi designado. Os generais e os altos oficiais dos regimentos se reuniram em conclave para escolher um imperador. Aqueles generais que deviam suas promoções a Constâncio poderiam não concordar com os mais recentemente nomeados por Juliano e como um acordo a púrpura foi oferecida ao velho prefeito do pretório do Oriente, Salústio Secundo, um pagão culto que ambos os lados poderiam confiar. Ele recusou, e, como sempre acontece em eleições amargamente disputadas, a escolha caiu em um anônimo, Joviano, um homem jovem e genial de pouco mais de trinta anos, que não era mais do que um membro sênior dos *domestici et protectores*: ele era cristão.

Para além dos problemas da derrota militar e morte do imperador, a questão da escolha do sucessor foi muito complexa e ao mesmo tempo muito rápida. A recusa de Salústio Secundo no dia seguinte à morte de Juliano (Ammianus Marcellinus, *Historia*, XXV, 5,1), em 27 de junho, e a rápida aproximação dos inimigos fizeram a púrpura recair nas mãos de uma figura de importância secundária, escolhida em um difícil equilíbrio de facções dentro do próprio exército. Sabe-se que Joviano não era unanimidade sequer entre os líderes que participaram dos debates para a sua escolha. Contudo, a figura

imperial era importantíssima naquele contexto. Amiano Marcelino (*Hist.*, XXV, 5, 6) conta que todo o processo foi feito de tal maneira que, quando Joviano foi levado até as tropas, muitos comemoravam a recuperação de Juliano em decorrência da semelhança dos nomes *Iulianus* e *Iovianus*. E por que a escolha do imperador era tão importante para o que viria a acontecer depois da derrota de Juliano? Porque na tradição imperial romana, iniciada no século I a.C., era o imperador (apoiado por seu círculo de *amici* e funcionários) que decidiria questões capitais. Fergus Millar (1982, p. 7) define assim o papel imperial: “[...] qualquer que seja o conselho que ele recebia, estas decisões [táticas, estratégicas e diplomáticas] eram tomadas pelo imperador em pessoa”.

Em seus primeiros dias como líder máximo romano coube a Joviano comandar uma retirada. Aos ataques persas, que envolviam emboscadas com a utilização de elefantes (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 6, 2), somaram-se a deserção de algumas unidades (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 5, 8), ataques dos *saraceni* e os perigos da travessia do Tigre (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 6, 9-13).³ Foi diante desse cenário de dificuldades da parte romana que Sapor II,⁴ após avaliar as notícias e a capacidade bélica romana, decidiu enviar as primeiras ofertas de paz por meio de dois embaixadores (*oratores*): Surena e mais um nobre (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 7, 5).

Amiano Marcelino, nossa principal fonte de informação sobre as tratativas, narra uma questão muito interessante sobre essa primeira proposta. Segundo ele, “[...] as condições que propunham eram duras e difíceis de aceitar, já que diziam que, por humanidade, seu clementíssimo rei permitiria que o exército remanescente voltasse, se o imperador e seus generais obedecessem a suas ordens” (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 7, 6).

Quando se olha para o passado romano da República e do Principado, tais proposições representam uma terrível fratura na maneira de conduzir a atividade diplomática após conflitos. Como defende Carlin Barton (2007, p. 248): “a tradição romana era de impor e não de procurar a paz, *pacem dare* e não *pacem petere*”. O fim desejável de uma guerra não seria uma questão de negociação ou reconciliação, mas sim de obrigar o inimigo a confessar a derrota. A *pax* era decorrente e consequência da rendição (*deditio*), suplicação (*supplicatio*) e apelo por misericórdia (*deprecatio*) (BARTON, 2007, p. 248). A *deditio* era a própria aceitação de ter sido vencido e de se colocar à disposição da *fides* do vencedor, ou seja, da boa vontade, honestidade, lealdade, honra e outros significados

³ Povo descrito por Amiano Marcelino como “funesto”, eminentemente guerreiro e habitante do território entre as fronteiras assírias e as cataratas do Nilo, que não desenvolveu a agricultura e que vivia em constante nomadismo (Amm. Marc., *Hist.*, XIV, 4, 1-7).

⁴ Soberano persa da dinastia sassânida que reinou por aproximadamente setenta anos (309-379).

associados ao termo. A *supplicatio* e a *deprecatio* eram necessárias para que os *dediticii* conseguissem, através da *fides* do vencedor, algum tipo de misericórdia.

Nesse caso do envio dos embaixadores persas, é possível observar um cenário completamente diferente. A suposta e tradicional posição de superioridade romana ante a um inimigo vencido simplesmente não existiu. Se antes o imperador romano propunha condições duras, os persas agora também ofereciam tais condições. Acreditamos que essa seja uma característica muito forte dos séculos III e IV do ponto de vista das relações diplomáticas dos romanos com os persas, ou seja, uma maior horizontalidade quando das negociações de paz, já que, como vimos anteriormente, os persas eram os grandes rivais dos romanos.

Essa simetria entre os dois impérios é visível na resposta romana após a chegada dos embaixadores. Amiano Marcelino (*Hist.*, XXV, 7, 7) narra assim:

Em resposta a isso, Arinteu foi enviado junto ao prefeito Salústio; no entanto, enquanto era deliberada com grande cautela a decisão a ser tomada, passaram-se quatro dias terríveis com fome e coisas piores do que qualquer outro suplício.

Assim como nobres tinham sido enviados aos romanos, figuras proeminentes do círculo imperial foram enviadas a Sapor II, no caso o general Arinteu e o prefeito Salústio. Aqui emerge uma das características diplomáticas mais interessantes da relação entre romanos e persas: a não interação direta entre soberanos. O envio de *legati* sempre antecedia qualquer acordo entre as partes,⁵ mas no caso dos persas jamais ocorreria o encontro entre governantes. Essa característica mostra como as relações diplomáticas entre romanos e persas diferiam totalmente daquelas entre romanos e povos da fronteira norte, como os godos e os alamanos. Utilizemos como exemplo o relato feito por Marcelino (*Hist.*, XXVII, 5, 7-9) sobre o encontro e selamento da paz entre Valente e Atanarico, em 367:

São enviados em missão Vítor e Arinteu, que estavam no comando da cavalaria e da infantaria. E quando anunciaram em informes confiáveis que os godos estavam de acordo com as condições propostas, um lugar conveniente foi arranjado para se firmar a paz. Mas como Atanarico dizia que estava obrigado por juramento acompanhado por terríveis imprecações, e por um mandato de seu pai, a nunca pisar em solo romano, e já que ele não poderia ser induzido a isso, e como não era apropriado e nem decoroso que o imperador fosse até ele, foi decidido por pessoas prudentes que fossem levados barcos para o centro do rio que transportaram por um lado o imperador com sua guarda e, por outro, o juiz com seu povo, e deste modo poderiam firmar um tratado de paz, como havia sido acordado.

⁵ Segundo o *Oxford Latin Dictionary* (1968, p. 1013), o termo *legatus* possui significação ampla, que designava diferentes atividades administrativas, desde embaixador, enviado, representante, assistente de general, representante imperial e até comandante de legião.

Uma possibilidade para tal diferença de tratamento poderia residir na própria definição de Atanarico como um *iudex*, ou seja, um personagem considerado um “juiz” e não um rei, algo completamente diferente do caso de Sapor II, um *rex* (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 7, 6). Michael Kulikowski (2008, p. 124) comenta que existe um conflito de fontes sobre a proeminência ou não de Atanarico como o único líder godo e que, “embora um juiz (*iudex regum*) fosse claramente superior a um rei, as distinções não são claras, apesar de centenas de páginas de especulação acadêmica”. Essa assimetria de cargos poderia sim possibilitar o encontro entre Atanarico e Valente, algo inviável para o caso persa. Contudo, outro relato de Amiano Marcelino destrói completamente essa possibilidade. O historiador antigo retrata assim o encontro entre Valentiano I e Macriano, em 374:

Com estas advertências e outras conseguiram convencer o imperador e, em breve, como isto era o que convinha ao bem geral, o rei antes citado é convidado a vir a *Mogontiacum* com doces palavras, pois, segundo parecia, ele também estava inclinado a aceitar um tratado. Ele (Macriano) chegou cheio de orgulho, acreditando que seria o árbitro superior da paz e no dia para o colóquio se deteve na margem do Reno, com a cabeça bem erguida, enquanto ao seu redor ressoava o somido dos escudos de seus homens. Do outro lado, o imperador embarcou em algumas pequenas barcas no rio e, rodeado também por uma multidão de soldados, avançou sem perigos até a margem, deslumbrante pelo brilho das insígnias. Uma vez que diminuíram os gestos desmedidos e os gritos bárbaros, depois de um grande intercâmbio de palavras, a amizade foi confirmada entre eles pela santidade de um juramento. (Amm. Marc., *Hist.* XXX, 3, 4-5).

Aqui temos novamente um caso de diplomacia entre um *augustus* e um *rex*. As tratativas entre Valentiano I e Macriano são muito semelhantes às de Valente e Atanarico, mas muito diferentes daquelas realizadas entre Joviano e Sapor II. Isso significa que a questão de o imperador tratar com um *rex* ou um *iudex* não é o ponto principal dessa diferença. Atanarico e Macriano são lideranças de povos que causavam problemas aos romanos na chamada fronteira norte e provavelmente é isso que faz com que o tratamento a eles seja parecido em nossa leitura.

É possível vislumbrar aqui um *modus operandi* na diplomacia com os povos da fronteira norte entre 367 e 374. Observam-se as seguintes fases nos dois casos relatados acima: 1) a troca de *legati* que apresentam os termos da paz; 2) o estabelecimento de um local neutro (associado a um rio) para o selamento da paz; 3) a apresentação das lideranças e um séquito que as seguem; e 4) o selamento da paz de maneira oral em território neutro. Existe um nível de aproximação física muito grande entre os dois líderes da negociação. Acreditamos que isso se relacione ao grau de ameaça sentido por parte dos romanos em relação aos povos da fronteira norte. O imperador se arriscava ao encontro porque ele não se sentia ameaçado do ponto de vista político-militar. Ele teria mais a

ganhar pavoneando-se em vestes e insígnias impressionantes e exibindo seu séquito e grande número de soldados do que a perder ante um líder claramente menos opulento e com exércitos menores.

Com os persas, a relação é completamente diferente. Lee (2008, p. 112) inclusive defende a seguinte ideia no que diz respeito à diferença de tratamento dada a germanos e persas até 395:⁶

A explicação para esta diferença deve certamente se relacionar à preocupação romana em garantir que a dignidade e preeminência do imperador não fosse desafiada de forma alguma. Provavelmente nenhum medo emergia quando a relação se dava com povos obviamente menos sofisticados como os alamanos e os godos, mas o Xá representava um problema completamente diferente.

Chegamos a um ponto central desse artigo: a constatação do lugar singular da Pérsia dentro das relações internacionais romanas. Mark Humphries (2007, p. 245) destaca que “nenhum outro regime estrangeiro teve vida tão longa no período; e em nenhum lugar a atividade diplomática era tão intensa como através da fronteira romano-persa”. Diante da grande estabilidade da dinastia sassânida, da complexidade de seu funcionamento interno e da particularidade de sua posição diplomática, os mecanismos de negociação de *foedera* se davam de forma completamente diferente.

Nesse contexto, uma característica essencial é a desconfiança permanente entre os dois lados da negociação. A suspeição é inclusive confirmada por Amiano Marcelino, que acusa o próprio imperador de ter perdido uma oportunidade valiosa durante os quatro dias em que Arinteu e Salústio foram enviados aos persas:

Se o imperador tivesse aproveitado o tempo até que fossem enviados estes mensageiros e tivéssemos saído das terras inimigas gradualmente, teríamos chegado em seguida à fortaleza de Corduena, uma região fértil e nossa, e distante somente cem milhas do lugar que se produziram estes feitos (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 7, 8).

O imperador é acusado de desperdiçar a chance de sair de uma posição extremamente desvantajosa. A ideia de aproveitar o período de deslocamento e recepção dos dois mensageiros (que provavelmente levavam uma contraproposta aos persas) era sedutora. O imperador é censurado na obra por não fazer esse movimento. Esse trecho do relato de Marcelino reforça a ideia de que os dois impérios, a partir do século III, passaram a viver “um círculo de agressão e contra agressão preenchido por suspeição mútua” (LEE,

⁶ A partir da morte de Teodósio I, em 395, “imperadores deixaram de empreender campanhas militares e se tornaram limitados ao palácio, até pelo menos o início do século VII” (LEE, 2008, p. 112).

2007, p. 04). Qualquer chance de melhorar sua condição durante as negociações deveria ser avaliada, mesmo que mensageiros já tivessem sido enviados com propostas ao outro lado. Mas como era o imperador o único responsável pela tomada de decisões, Joviano decidiu esperar o retorno dos mensageiros.

E as exigências apresentadas em seguida por parte de Sapor II eram bastante abrangentes. Segundo Marcelino (*Hist.*, XXV, 7, 9):

O rei reclamava com grande insistência o que ele considerava que, sendo seu, tinha sido tomado por Maximiano um tempo atrás. Mas, como as negociações demonstraram, em troca de deixarmos sair ele exigia cinco regiões nossas do outro lado do Tigre: Arzanena, Moxoena, Zabdicena e igualmente Rehimena e Corduena com quinze fortalezas, além de Nísibis, Singara e Castra Maurorum, uma fortificação defensiva muito oportuna.

Ora, se Joviano é censurado no trecho anterior, a diferença de capacidade entre o líder romano e o líder persa é sublinhada aqui. A abrangência das exigências de Sapor II remodelaria as possessões territoriais na fronteira romano-persa das últimas décadas. Joviano, um imperador recentemente nomeado, colocado à frente de um exército batendo em retirada, tinha do outro lado da contenda o Xá, que governava há mais de cinquenta anos e possuía total vantagem por conta do desastre militar da campanha empreendida por Juliano. Além disso, é interessante notar como se deu o processo, já que, apesar de não ser explicitado por Amiano Marcelino, essas exigências do governante persa provavelmente retornaram por meio de mensageiros. Ou seja, o trâmite se deu primeiramente com a recepção de mensageiros persas com as primeiras propostas de paz. Após isso houve o envio de mensageiros romanos, e depois eles retornaram com as exigências territoriais acima descritas. Importante também é que, nesse primeiro momento, aparecem apenas exigências territoriais, embora não fossem as únicas, como veremos a seguir.

Como Joviano poderia ter respondido a tais exigências? Marcelino (*Hist.*, XXV, 7, 10) relata assim as possibilidades:

E enquanto teria sido melhor lutar dez vezes do que perder estas terras, um grupo de aduladores pressionava o imperador covarde, mencionando a ele o nome terrível de Procópio e afirmando que este voltaria se soubesse da morte de Juliano, e com tropas novas sob seu comando se faria imperador facilmente e sem oposição.

Joviano poderia responder aceitando ou recusando as propostas e, nesse último caso, colocar seu exército contra as forças persas. Ou seja, as negociações seriam imediatamente encerradas e as hostilidades militares recomençariam. Essa possibilidade

reforça a tese da desconfiança recíproca, já que tanto persas quanto romanos poderiam a qualquer momento, durante as negociações, atacar o rival.

Observa-se aqui uma linha muito tênue separando a fase de negociações e o início de novas hostilidades, ao contrário do que é possível observar em relação aos povos da fronteira norte do Império Romano. Se analisarmos, por exemplo, o encontro de Valente com Atanarico, o que notamos é que as negociações caminhavam no sentido de fazer com que as duas lideranças se encontrassem pessoalmente. Para além das questões anteriormente citadas da própria concepção romana de diplomacia, o que permitia que Valente, Atanarico e seus respectivos séquitos participassem de um encontro pessoal com os imperadores era um mínimo de confiança mútua. Essa confiança não existia quando se tratava de persas e romanos e acreditamos que os problemas militares e diplomáticos do século III explicam muito dessa situação. Os fatos relacionados às difíceis negociações de Valeriano com Sapor I e de Galério com Narses são exemplos de como romanos não poderiam confiar em persas e vice-versa.

Outra coisa que se observa na passagem de *Histórias* que retrata as negociações romano-persas é a existência de ameaças paralelas influenciando na tomada de decisões por parte de Joviano. No caso, tratava-se da possibilidade de que Procópio iniciasse uma usurpação, pois havia rumores de que o imperador Juliano havia escolhido esse homem como sucessor (Amm. Marc., *Hist.*, XXIII, 3, 2). Para Joviano, essa era uma ameaça interna que assombrava suas decisões. No entanto, o quarto século assistiu também casos em que duas ameaças externas fizeram o soberano ou os soberanos se desdobrarem. O exemplo mais famoso talvez seja a ameaça persa e goda concomitante que pesou sobre Valente I entre 376 e 378, e que terminou na famosa derrota de Adrianópolis (378). O desejo de Valente I por arregimentar homens para lutar contra os persas resultou na liberação da entrada de godos e, depois disso, teve início uma grande revolta goda por conta das péssimas condições de recepção aos povos que viviam além do Danúbio e de desavenças com membros da burocracia romana (Amm. Marc., *Hist.*, XXXI).

Para além da possibilidade da recusa dos termos oferecidos por Sapor II, Joviano poderia também optar por aceitar tais propostas. Foi o que ele fez, embora com a inclusão de algumas modificações no acordo. Marcelino, que já demonstrava inúmeras ressalvas à maneira como Joviano conduziu as negociações, narra assim:

Joviano, levado pela insistência destes maus conselhos, sem demora, entregou tudo o que era pedido, exceto e depois de grande dificuldade, que Nísibis e Singara passaram às mãos dos persas sem habitantes e que fosse permitido aos romanos nas fortalezas a serem entregues voltarem às nossas guarnições (Amm. Marc., *Hist.* XXV, 7, 11).

Como relatado acima, as possessões exigidas por Sapor II seriam entregues. O detalhe estava no fato de que duas delas, Nísibis⁷ e Singara,⁸ teriam os romanos presentes nas fortalezas evacuadas. A perda de regiões em uma fronteira estrategicamente fundamental e a inclusão de um ponto extremamente humilhante arranhavam mais ainda a tradição romana de conceder paz somente após a *deditio*, a *supplicatio* e a *deprecatio* dos opositores. Marcelino, um *protector domesticus* que possivelmente participou das operações na Pérsia, em 363, simboliza essa recusa na aceitação de termos tão humilhantes. Se diante da possibilidade de aceitar tais condições, Joviano foi chamado de covarde,⁹ após a aceitação das condições, a culpa é compartilhada entre aqueles que davam conselhos ao soberano. Como defende Mark Humphries (2007, p. 246): “os romanos parecem nunca perder a visão de si mesmos com superioridade cultural”. Marcelino estava imerso ainda em um universo cultural que não aceitava tamanha derrota romana e atribuía isso às debilidades pessoais de governantes e conselheiros e não a problemas estruturais do Império Romano do século IV.

Além das exigências persas já apresentadas, é possível conhecer outra que não afetava somente romanos e persas. O relato prossegue da seguinte forma:

A estas condições se juntou outra destrutiva e ímpia, a saber, que após a conclusão desse acordo, estávamos impedidos de prestar ajuda a Ársaces para lutar contra os persas quando este nos solicitasse, apesar de ele ter sido sempre um amigo nosso e fiel. O objetivo deste plano era duplo, castigar o homem que havia devastado Chiliocomo por ordem do imperador e ter uma oportunidade de invadir livremente a Armênia no futuro. O resultado foi que mais tarde este mesmo Ársaces foi capturado vivo e que um pedaço enorme da Armênia, limítrofe com os persas e Artaxata, foi assolado pelos persas em meio a disputas e revoltas (Amm. Marc., *Hist.* XXV, 7,12).

A Armênia aparece no meio de uma negociação que envolvia romanos e persas, porque esse reino era de grande importância para os dois impérios. Temos aqui um reino independente ao norte da fronteira entre romanos e persas que era alvo de sucessivas ações diplomáticas e militares. No que tange aos romanos, Humphries (2007, p. 249) defende que “no quarto século os romanos usaram (ou buscaram usar) a Armênia como um estado cliente, com reis apontados por e devotos aos imperadores romanos”. Ársaces era até então, em 363, um aliado romano, e participou da ofensiva contra os persas em aliança com Juliano (Amm. Marc., *Hist.*, XXIII. 2, 2). Ao exigir que os romanos deixassem de prestar ajuda a Ársaces, os persas estavam tomando uma medida defensiva e ofensiva ao

⁷ Território atualmente pertencente à cidade de Nusaybin, na Turquia.

⁸ Território que provavelmente pertence ao atual distrito de Sinjar, no Iraque.

⁹ Amiano utilizou o termo *timidus* (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 7, 10), que, segundo o *Oxford Latin Dictionary* (1968, p. 1942), possui entre seus significados: passível ao medo, medroso, desprovido de coragem, termo que preferimos traduzir por covarde.

mesmo tempo. No sentido defensivo, porque impediriam uma aliança entre romanos e armênios; e no sentido ofensivo, porque possibilidades de invasão à Armênia se tornariam menos trabalhosas em um futuro breve. Essa possibilidade era tão flagrante que foi o que ocorreu após a conclusão das negociações, tendo o próprio rei sido capturado, como Amiano Marcelino mesmo relata.

Todo esse processo de negociação e renegociação levou até a fase final do selamento do tratado. Amiano Marcelino (*Hist.*, XXV, 7, 13) assim narra:

Uma vez firmado este vergonhoso decreto, para que não produzisse durante a trégua nenhum efeito contrário aos pactos, homens célebres foram trocados por ambos os grupos: de nosso lado Nemota, Vítor e Bellovedio, tribunos de tropas famosos, e da outra parte um famoso nobre, Bineses, e outros três sátrapas nada obscuros.

Esse trecho é muito interessante para entendermos o nível das relações diplomáticas entre persas e romanos. Em primeiro lugar, por conta da possibilidade do acordo ter sido formalizado de forma escrita, apesar de certa dubiedade dos termos (*decreto firmato*). A existência de um acordo escrito seria totalmente plausível, pois as duas sociedades dominavam a escrita e o nível de detalhes do acordo exigiria certa minuciosidade de ambas as partes. Como Lee (2008, p. 114) anota: “tratados com a Pérsia usualmente incluíam muitos detalhes, alguns dos quais bem específicos, como a duração do acordo ou o destino de determinadas regiões e cidades de fronteira [...], então ter um acordo escrito seria importante”.

Para além da questão da assinatura, há também a questão da troca de reféns (*obsides*). Tal ação existia tanto nas relações com povos do norte quanto com os persas. Os godos trocaram reféns com o imperador (Amm. Marc., *Hist.*, XXVII, 5, 10), assim como os alamanos (Amm. Marc., *Hist.*, XXVIII, 2, 6). A princípio, imagina-se que a permuta servia para dar segurança tanto ao processo de finalização do tratado quanto ao seu cumprimento. Se levarmos em conta ainda a possibilidade de que o tratado com os persas poderia ter uma forma também escrita, isso significaria que os reféns nessa negociação somente ficariam em cativeiro até a assinatura do documento. No caso de Atanarico, a presença dos reféns tinha um caráter muito maior, já que, do ponto de vista prático, as vidas desses homens (de valorosa estirpe) garantiam a própria da paz.

Além da troca de reféns, uma ação acompanhava o processo em todos os três casos relatados aqui: os juramentos. Marcelino narra:

E assim, firmado o tratado para trinta anos e ratificado com as fórmulas sagradas dos juramentos, voltamos por um caminho diferente, evitando os lugares próximos ao rio por serem ásperos e difíceis, ainda que nos sentíssemos angustiados pela escassez de comida e bebida (Amm. Marc., *Hist.*, XXV, 7, 14).

Esses juramentos serviam para dar um caráter sagrado ao acordo. Não se sabe o que necessariamente era dito e, por conta das diferenças religiosas entre esses povos (nem os romanos tinham uma unidade religiosa definida dentro do seu território naquele momento), é possível que fossem palavras proferidas de maneira genérica, mas que davam uma visibilidade coletiva ao que havia sido acordado. No caso do acordo entre romanos e persas, os dois soberanos não trocaram juramentos pessoalmente, como é possível observar nos acordos romanos com godos e alamanos. Isso por conta de tudo aquilo que já estudamos.

Um último ponto de toda essa discussão é a existência de um período de vigência do acordo. No caso envolvendo godos e alamanos, não ficou estabelecido o tempo pelo qual o tratado vigoraria. Acreditamos que isso seja consequência da própria característica das negociações na fronteira norte romana, já que ali existiam sociedades organizadas em torno da oralidade e sem uma burocracia (corpo de funcionários) complexa. Acreditamos que ali a duração da paz variava segundo critérios como o período de cativeiro dos reféns e o período de vida dos líderes de ambos os lados da negociação

No caso dos persas, a formalização do tempo da paz se tornou uma característica duradoura. Mark Humphries (2007, p. 262), ao estudar vários tratados entre os dois impérios, diz que além da duração de trinta anos do tratado de 363, o de 408/9 estipulava um século, o de 506 valeu por sete anos, e o de 532 foi firmado para durar enquanto os dois impérios existissem. Claro, a demarcação de um período pelo qual um tratado deveria durar não significava o fim das hostilidades. Já citamos o fato de que Valente estava buscando reunir tropas para enfrentar os persas em 376, ou seja, pouco mais de dez anos após a confirmação da paz. Muito mais do que uma garantia fixa, a estipulação do tempo servia para dar um mínimo de estabilidade em determinada questão imediatamente após a conclusão do acordo. O fato de o xá da Pérsia e do imperador romano garantirem uma expectativa de paz por trinta anos lhes dava mais segurança para investir na solução de outros problemas em outras fronteiras durante um tempo após o acordo, mas não garantia do cumprimento integral de todos os termos do acordo.

Considerações finais

Ao estudarmos todo o processo de estabelecimento de paz entre romanos e persas, em 363, e compararmos com as negociações entre romanos e povos da fronteira norte, algumas singularidades das relações romano-persas emergem. Primeiro, uma mudança na própria tradição romana de conseguir a paz mediante a *deditio*, seguida pela *supplicatio* e *deprecatio* dos *dediticii*. Segundo, uma igualdade entre as partes no

momento da negociação, não observada em contextos da República e do Principado. Terceiro, uma suspeição mútua que impedia que os dois soberanos realizassem encontros pessoalmente, e que teria origem no século III. Quarto, a existência de procedimentos que ora se aproximavam, ora se distanciavam de outros modelos de negociações empreendidos pelos romanos. Quinto, o estabelecimento de períodos de duração da paz que não necessariamente significavam a ausência de hostilidades. Todos esses pontos nos conduzem a uma última conclusão, a de que, apesar de singulares e problemáticos, existiam entre romanos e povos vizinhos mecanismos de resolução de conflitos que funcionavam, mesmo que de forma limitada.

Referências

Documentação textual

AMMIANUS MARCELLINUS. *History*. Translated by John C. Rolfe. Londres: William Heinemann LTD, 1982. 3v.

AMIANO MARCELINO. *Histórias*. Traducción de Maria Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.

Obras de referência

OXFORD LATIN DICTIONARY. Oxford: Oxford University Press, 1968.

Obras de apoio

BARTON, C. A. The price of peace in Ancient Rome. In: RAAFLAUB, K. A. (Ed.). *War and peace in the Ancient World*. Oxford: Blackwell, 2007, p. 245-255.

BLOCKLEY, R. C. Warfare and diplomacy. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (Ed.). *The Cambridge Ancient History: the Late Empire, A.D. 337-425*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 411-436.

GOLDSWORTHY, A. *Em nome de Roma*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.

HEATHER, P. *The fall of the Roman Empire: a new history of Rome and the barbarians*. New York: Oxford University Press, 2006.

GILBERT, M. *A história do século XX*. São Paulo: Planeta, 2016.

- HUMPHRIES, M. International Relations. In: SABIN, P.; VAN WEES, H.; WHITBY, M. (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman warfare*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 235-269.
- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire 284-602: a social, economic, and administrative survey*. Baltimore: Basil Blackwell, 1964. 3 v.
- KULIKOWSKI, M. *Guerras góticas de Roma*. São Paulo: Madras, 2008.
- LEE, A. D. *War in Late Antiquity: a social history*. Oxford: Blackwell, 2007.
- LEE, A. D. Treaty-making in Late Antiquity. In: SOUZA, P. de; FRANCE, J. (Ed.). *War and peace in Ancient and Medieval History*. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 107-119.
- MILLAR, F. Frontiers and foreign relations. *Britannia*, n. 13, p. 1-23, 1982.